



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

I- DAS PRELIMINARES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2024
ASSUNTO: RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Trata-se de procedimento licitatório para: Futura e eventual contratação de empresa para aquisição de equipamentos de academia ao ar livre e playground infantil para atender as necessidades do Município de Santa Luzia do Paruá — MA, conforme especificações contidas no Anexo I do edital.

II- DA ALEGAÇÕES DOS ESCLARECIMENTOS

Primeiramente de: **Tatiana Ferreira Demétrio - Departamento de Licitação - tatiana.demetrio@milla.net.br**, valendo-se da prerrogativa legal estabelecida no Art. 164 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, apresenta impugnação aos termos do Edital de Licitação, pleiteando em síntese o exposto a seguir:

(...)

"Referente ao edital do PE 035/2024, gostaria de esclarecer uma dúvida.

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa para aquisição de equipamentos de academia ao ar livre e playground infantil para atender as necessidades do Município de Santa Luzia do Paruá — MA.

Quanto ao lote 01 EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE, a instalação dos equipamentos é de responsabilidade do Município ou da empresa contratada? Caso seja da contratada, a mesma será responsável apenas pela fixação dos aparelhos? E a preparação do solo com a confecção da base de concreto, será de responsabilidade do Município?"

(...)

III- DA ANÁLISE DO MÉRITO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

Cabe frisar que todo ato administrativo deve atender os princípios consoantes do Art. 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas no pedido de esclarecimento.


Em relação ao pedido de esclarecimentos, temos o que segue:

RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS:

- 1- Conforme consta no item 6.7 do Edital e no item 2 do Anexo I Termo de Referência, temos o que segue:
- a) As instalações, ocorrerão por conta da empresa contratada;
 - b) A preparação do local, bem como a base para instalação ocorrerá por conta do município, seguindo as instruções da empresa contratada.

Certos de termos prestado os esclarecimentos necessários, de já agradecemos.

Santa Luzia do Paruá- MA, 17 de setembro de 2024.


João Pinheiro de Melo
Agente de Contratação
Pregoeiro